



VI Congresso Internacional UFES/Paris-Est

Culturas políticas e conflitos sociais



MORTE DE ESCRAVOS DURANTE A PASSAGEM DO CHOLERA MORBUS PELA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO, ENTRE 1855 E 1856: UMA CONSTATAÇÃO SINÓPTICA

José Mauriene Araújo Felipe¹

Resumo: Este estudo é um esforço no sentido para se comprovar a elevada mortalidade de escravos durante a passagem da epidemia *cholera morbus* entre 1855 e 1856 na Província do Espírito Santo. As causas da mortandade expressiva de cativos urbanos e rurais sujeitos a condições várias e diferenciadas em relação às classes superiores são explicitadas ao longo do texto.

Palavras-chave: Epidemia *cholera morbus*; Mortalidade escrava; Província do Espírito Santo.

Abstract: It is an effort to corroborate the high mortality of slaves during the passage of the *cholera morbus* epidemic disease between 1855 and 1856 along the Espírito

¹ Doutorando em História Social das Relações Políticas pelo Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. Proposição da pesquisa em andamento: "Doença(s) e Mortalidade de Escravos em Victoria, Província do Espírito Santo (1845 a 1879)", financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. e-mail para contato: felipemauriene@gmail.com

Santo province. The causes of significant mortality of urban and rural slaves submitted to various and differentiated conditions in relation to the upper classes are explained in this paper.

Keywords: Epidemic *cholera morbus*; Slave mortality; Province of Espírito Santo.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Faz-se um estudo sinóptico orientado para a constatação de que a população formada por escravos urbanos e rurais foi a mais vitimada, ou aquela que mais adoeceu e faleceu durante a passagem do *cholera morbus* pela Província do Espírito Santo, entre 1855 e 1856. Por se tratar de um objeto de estudo ainda não pesquisado na academia espírito-santense, recorre-se a estratégias metodológicas tendo-se como finalidade produzir uma abordagem que possibilite a comprovação de que, a exemplo do ocorrido em outras províncias do Brasil Império, escravos em números elevados foram acometidos e vitimados por essa doença epidêmica. Entre essas estratégias, faz-se o levantamento indiciário de mortes de cativos tendo-se como fontes documentais o seguinte: a) Três trabalhos recentes de Sebastião Pimentel Franco, sendo um capítulo de livro datado de 2013; um artigo de 2014 e um livro publicado em 2015; b) Três livros sobre a história do Espírito Santo, tendo sido o primeiro escrito por Basílio Carvalho Daemon e originalmente publicado no ano de 1879; o segundo, escrito por José Teixeira de Oliveira e originalmente publicado no ano de 1951; e o terceiro, escrito por Maria Stella de Novaes e publicado em c. de 1968; c) Dois Relatórios de Presidentes da Província do Espírito Santo – um do ano de 1856 (ano base 1855) e outro de 1857 (ano base 1856). Quanto ao método, utiliza-se a demografia histórica – aquela embasada na tradição francesa e introduzida no Brasil por Maria Luíza Marcílio, Altiva Balhana e Cecília Westphalen, na segunda metade do século XX (FALCI, 2006). No caso específico de Marcílio (1973), com formação em demografia histórica pela universidade de Paris-Sorbone, seu livro "A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850" destacou-se pela forma diretiva e

pioneira como o método demográfico foi instituído na pesquisa historiográfica brasileira. Além dos tradicionais levantamentos de dados estatísticos sobre nascimento, batismo, crescimento, saúde, adoecimento, mortandade de populações, com implicações diretas em História Social, a demografia histórica não prescinde de fatores tais como: sinais, indícios e evidências. Nesse sentido, faz-se utilização da epistemologia indiciária. Para tanto, tem-se como aporte indiciário o ensaio de Ginzburg (1989) denominado de “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”. De acordo com pressupostos desse historiador, o modelo indiciário de pesquisa surgiu quase despercebido, no âmbito das Ciências Humanas, ao final do século XIX. Sua utilização recente pelo autor tem como objetivo utilizar e ou servir-se de sua amplitude operante no exercício da prática, pois ajuda “[...] a sair dos incômodos da contraposição entre ‘racionalismo’ e ‘irracionalismo’” (GINZBURG, 1989, p. 143). Em outras palavras, isso significa que entre a “verdade absoluta” e a “informalidade sem compromisso”, os cuidados com questões orientadas para ensejar o equilíbrio de forças entre esses dois extremos é, ao final das contas, o mais coerente.

No que se refere aos objetivos, tem-se em mente contribuir para com o início de uma produção historiográfica sobre saúde, doença e mortalidade de escravos no Estado do Espírito Santo. Como objetivo geral, trata-se de oportunidade para comprovar índices elevados de mortandade de escravos na Província do Espírito Santo, durante a passagem da epidemia de *cholera morbus* entre 1855 e 1856. Trata-se de um estudo introdutório, não conclusivo. Em relação ao objetivo específico, intenta-se contribuir para com a produção de pesquisa local sobre doença e mortalidade de escravos no Espírito Santo provincial do século XIX.

O SÉCULO XIX E A CHEGADA DO *CHOLERA MORBUS* AO BRASIL

Nas últimas décadas, o interesse por parte de pesquisadores brasileiros em reexaminar questões pertinentes ao século XIX no Brasil vem aumentando paulatinamente. Em sentido amplo, Aggio e Lahuerta (2003) afirmam que o século

XIX recebeu vários epítetos, tendo sido considerado um tempo mais prolixo em relação ao século anterior. Nesse sentido, as sínteses simbólicas que mais caracterizam o Oitocentos teriam sido a indústria, o progresso, o capital, o liberalismo, o proletariado, a burguesia, entre outros. Em sentido estrito, Carvalho e Neves (2009) lançariam uma obra onde seriam repensadas a cidadania, a política e a liberdade no Brasil oitocentista. Esses historiadores, tendo como respaldo a contribuição de uma equipe formada por considerável número de pesquisadores, chegariam a um termo comum em que questões de ordem política, econômica, cultural e social ficariam estreitamente imbricadas a conceitos genéricos de cidadania e nação, os quais "[...] estão em permanente mutação, devendo ser constantemente repensados, problematizados e imaginados" (CARVALHO e NEVES, 2009, p. 13). Detecta-se que no processo dinâmico dessas mutações conceituais propostas por Carvalho e Neves (2009), as sínteses simbólicas globais mencionadas por Aggio e Lahuerta (2003) deslocam-se do âmbito geral – o Ocidente e a América Latina oitocentistas – para o âmbito local no Brasil imperial.

Isto posto, ressalta-se que o século XIX no que diz respeito a doenças, epidemias e elevada mortalidade de pessoas vitimadas pelas pestes não tem recebido o mesmo tratamento dispensado ao século daquelas sínteses simbólicas que teriam contribuído para caracterizar ou emblemar a aludida centúria. Não obstante, pestes e epidemias caracterizaram o século XIX a um nível em que elas foram globalizadas. "Os estudiosos da história da Medicina são unânimes em apontar que a proliferação de surtos epidêmicos se deu em razão da forte presença militar e da expansão comercial marítima inglesa na Índia e na Ásia" (FRANCO, 2013, p. 69). A industrialização² e capitalização do mundo de então, associado à crescente velocidade

² Para que a Revolução Industrial (1750-1870) ocorresse de fato seria imprescindível a geração e instauração do sistema capitalista, sem cujo suporte a industrialização, inicialmente na Europa ocidental e nos Estados Unidos da América e, posteriormente, em todo Ocidente, não teria sido possível. Importa saber que por capitalismo compreende-se o "Sistema econômico, originado na Europa ocidental, que vigora nas sociedades industriais liberais-democráticas" (ALONSO, 2000, p.

no desenvolvimento dos meios de locomoção e de comunicação, viabilizariam com impressionante rapidez a propagação de epidemias em todos os continentes. "No fim do século XIX, o grande comércio internacional difundiu a peste pelo mundo inteiro [...]" (SOURNIA e RUFFIE, 1986, p. 111). Ou seja: somente a industrialização e capitalização do mundo não seriam suficientes para impedir a propagação de doenças pelo mundo em processo de mudanças socioeconômicas. Os saberes médicos seriam obrigados a passarem por mudanças para atender a demandas de um novo tempo em que questões como saneamento básico, higiene e cuidados com o meio ambiente seriam indispensáveis. Se no século XIX essas mudanças vinham ocorrendo na Europa e nos Estados Unidos da América, no caso do Brasil oitocentista a realidade era adversa. Segundo Hobsbawm,

Politicamente, a "modernização" implicava [...] uma colisão frontal com o principal apoio do tradicionalismo, a sociedade agrária [...]. Três tipos de empreendimento agrário estavam sob particular pressão: a plantação escrava, a propriedade civil e a economia camponesa tradicional não capitalista. [...] O estado servil foi formalmente liquidado na Europa entre 1848 e 1868 (HOBSBAWM, 2012, p. 279).

Esse mesmo historiador é taxativo ao afirmar que a escravidão havia sido erradicada em quase toda a América Latina, menos no Brasil (e em Cuba), onde

70). Para melhor entendimento das revoluções e capitalização no século XIX, a obra de Hobsbawm (2012) denominada de "A Era do Capital (1848 a 1875)" explicita com acuidade o surgimento de uma Era industrial de progresso sem cujo sistema capitalista, considerado irreversível, ela não teria sido possível. Percebe-se que Revolução Industrial e Capitalismo estão profundamente imbricados. Hobsbawm compôs uma trilogia para justificar o que ele denominou de "O Longo Século XIX". Essa trilogia compreende as seguintes obras: "A Era das Revoluções (1789-1848)", "A Era do Capital (1848-1875)" e "A Era dos Impérios (1875-1914)". Ou seja, o longo século XIX de Hobsbawm vai de 1789 a 1914.

permaneceu até fins do século XIX. No caso do Brasil, a escravidão foi completamente abolida em 1888. Antes disso, porém, é fato que no início da segunda metade do Oitocentos o número de escravos no Brasil atingiu a cifra de cerca de 1.500.000 (MOURA, 2004). A dependência do Império da mão-de-obra cativa caracterizava economicamente um Estado imperial não apenas como agrário, mas eminentemente escravista. Com base nos números da população escrava nacional, por volta de 1855 e 1856 na Província do Espírito Santo havia uma população em torno de 20.000 escravos (MOURA, 2004). Entretanto, no Relatório da Província de 1856 apresentado pelo Barão de Itapemirim constam dados sobre o número de 12.269 escravos (MERLO, 2008).

Em relação aos saberes médicos no Império de meados do Oitocentos, havia uma elite acadêmica que orbitava e se mobilizava no âmbito da Corte. Em Edler (1998) é afirmado que o alto grau de institucionalização da medicina acadêmica imperial contribuía para eclipsar outras áreas da ciência à época. "Os estudos pioneiros sobre a medicina oitocentista foram escritos quase exclusivamente por médicos voltados para o passado [...] com a perspectiva de estabelecer uma certa memória que conduzia inexoravelmente à celebração da medicina vigente" (EDLER, 1998, p. 170). Questões de cunho político voltadas para a higiene nos centros urbanos, visando o combate de morbidades e manutenção de saúde da população em geral (o que pensar da população escrava), não faziam parte, por assim dizer, da ordem do dia. Foi nesse cenário conjuntural nacional que em 1855 a epidemia de cólera chegou ao Brasil, vinda de Portugal e aportando primeiro no Belém do Pará (BELTRÃO, 1999). Em um primeiro momento, essa morbidade, considerada por Sournia e Ruffie (1986) como detentora de poder "brutal", assolaria o Amazonas e o Maranhão. Na sequência, aquilo que Beltrão (1999) denominou de "flagelo" chegaria à Bahia, local de onde se espalharia pelas províncias do Nordeste, chegando à Província do Espírito Santo em fins de 1855.

Ora, ao levar-se em conta a precariedade tanto dos meios de locomoção quanto de comunicação em um Império com território de proporções continentais, há de se convir que a velocidade da "pestilência" deu-se de modo rápido. Conforme já mencionado, o grau dos saberes médicos do Estado imperial não estava elevado cientificamente o bastante para debelar as epidemias que com frequência passaram pelo Brasil oitocentista. Em decorrência, tanto na Corte quanto nas províncias as morbidades eram frequentes e acometiam a população em geral, agravando-se nos níveis menos favorecidos da sociedade, sobretudo na "classe" formada pela população escrava. Diante de tal realidade, infere-se que nas províncias o problema deve ter atingido níveis alarmantes.

A PASSAGEM DO *CHOLERA MORBUS* PELA PROVÍNCIA DO ESPÍRITO SANTO - 1855/1856, SEGUNDO PESQUISAS DE FRANCO

Os estudos sobre a passagem do *cholera morbus* pela Província do Espírito Santo são bem recentes. O primeiro trabalho data de 2013 e foi a partir dele que Sebastião Pimentel Franco tomou a iniciativa para desenvolver outros dois trabalhos, o que lhe permitiu descobertas gradativas no processo de desvelamento do "terror" causado pelos surtos dessa epidemia entre a população escrava local. Nas pesquisas de Franco (2013, 2014 e 2015) sobre a passagem da epidemia entre 1855 a 1856, pelo Espírito Santo provincial, está comprovado que a mortandade de pessoas foi elevada e que dentre a população em geral a de escravos foi, em números, ainda mais elevada do que a de indivíduos de outros níveis da sociedade local. O autor afirma que o *cholera morbus* "[...] circulou de norte a sul, entretanto foi nas regiões litorâneas, preferencialmente, que a epidemia se manifestou [...]" (FRANCO, 2014, p. 124). Isso justifica o que já se mencionou acima sobre a transmissão da doença por via marítima e fluvial. Os dados sobre os números de morte, após a passagem da epidemia, variam em conformidade com o conteúdo das fontes consultadas. Assim,

Mesmo que não se tenha certeza do número exato de vítimas da cólera, algumas poucas fontes disponíveis oferecem dados aproximativos. Segundo o jornal *Correio da Victoria* de 15 de março de 1856, teriam falecido 1.300 pessoas [...] Em 1857, o presidente da província, José Mauricio Pereira de Barros diz que teriam morrido 1.573 indivíduos vítimas de cólera [...] (FRANCO, 2013, p. 72).

O fato de esse historiador ter encontrado dificuldades no processo de levantamento de fontes sobre tal especificidade não exclui a hipótese de que a mortalidade da população em geral e, sobretudo, da população escrava na província tenha sido maior do que o detectado nesses documentos. Por oportuno, registra-se que o foco central das pesquisas de Franco, no período dos três anos mencionados acima, não foi a população escrava, mas sim todas as camadas da sociedade de então. Assim, faz-se questão de anotar que no ensejo de suas pesquisas esse historiador pode detectar nas fontes por ele analisadas dados relacionados a índices elevados de escravos que morreram acometidos pelo cólera, quando comparados com índices de mortalidade de outras camadas sociais. Para justificar a hipótese acima levantada, em seu último estudo Franco (2015) estabelece novos parâmetros para o número de pessoas vitimadas pelo *cholera morbus* naquele período de 1855 a 1856 e, de modo surpreendente, chega ao seguinte resultado: "[...] no Espírito Santo, conseguimos contabilizar mais de 1.700 pessoas mortas, número significativo para impactar a vida da província" (FRANCO, 2015, p. 177) ao se levar em conta sua população de cerca de 49.092 habitantes (DAEMON apud MERLO, 2008, p. 146). Entre os mortos em geral, há de se levar em conta aqueles que foram acometidos e convalescidos pela doença mas não vieram a falecer porque foram beneficiados pela cura em conformidade com fatores diversos para os quais não se dispõe de dados para comprovar neste estudo. O mesmo é válido para os escravos. Em relação a mortandade de populações escravas, urbanas ou rurais, pode-se inferir o seguinte: "É importante destacar que os médicos do século XIX sabiam que a população

pertencente aos estratos menos favorecidos era a maior vítima da cólera" (FRANCO, 2015, p. 179).

No que diz respeito especificamente à mortandade de escravos, ou de homens de cor, em seu terceiro estudo Franco (2015) corrobora a hipótese de que as populações escravas urbanas e rurais foram as que mais convalesceram e morreram durante os surtos epidêmicos de entre 1855 e 1856. De acordo com os saberes médicos da época, quatro eram os fatores que contribuíam para os níveis elevados de morte de escravos, conforme explicitação a seguir:

[...] os escravos e os homens de cor eram as maiores vítimas da cólera, e justificava esse fenômeno pelo fato de eles se dedicarem a serviços mais árduos, por desprezarem os preceitos de higiene, pelo consumo de uma dieta pobre em proteína e em pequena quantidade e, por fim, pelo local onde habitavam, que era insalubre e infecto (FRANCO, 2015, p. 179).

No intuito de corroborar os motivos de maior mortandade de escravos, em Victoria da época um médico de nome Luiz Gonzaga d'Araujo Britto, que deu assistência a população em geral durante os surtos epidêmicos, teria afirmado o seguinte: "[...] na Capital da Província do Espírito santo [...] a maioria dos doentes e mortos eram indivíduos 'inteiramente desprovidos de fortuna, [...] morando em casa toda arruinada" (FRANCO, 2015, p. 178). Curiosamente, no tocante à mortandade de escravos vivendo em áreas rurais, sobretudo nas fazendas onde havia plantio de café, esse autor conseguiu fazer um levantamento relevante da morte de escravos, a despeito da escassez de fontes. Fato marcante: foi no mês de dezembro de 1855 que morreram escravos em números acentuadamente elevados, sobretudo na fazenda cafeeira do Barão de Itapemirim, reconhecidamente o maior dono de escravaria rural

da província. A seguir, faz-se um registro reprodutivo do levantamento elaborado por esse historiador.

Tabela 1 – Morte de escravos vivendo em área rural durante mês de dezembro de 1855

Nome do local	Número de mortes
Engenho Vermelho de Tavares de Brum e Silva	09
Engenho Boa Vista da Viúva Bello em 15 dias	19
Engenho Coroa da Onça do Coronel Bittencourt	03
Engenho Limão do Major Dias da Silva	03
Engenho Poço Grande do Senhor Povoas	15
Engenho Cotia de Rodrigues Barbosa	09
Engenho Colheres de Firmino	02
Engenho Moqui do Barão de Itapemirim	40
Total de mortes.....	100

Fonte: O terrível mal do Oriente: o cólera na Província do Espírito Santo (1885-1856).

Autoria de Sebastião Pimentel Franco – Publicação de 2015, página 181.

Considera-se elevado o número total de 100 mortes de escravos vivendo em área rural num curto período de um mês apenas (e no período de somente 15 dias, conforme registro de 19 mortes de escravos no Engenho Boa Vista da Viúva Bello). Se esse número de 100 mortes é confrontado com os números fornecidos por Franco (nos estudos de 2014 e de 2015) de 205 mortes de escravos vivendo em áreas urbanas e ou de 293 mortes de pardos e negros, também vivendo em áreas urbanas, entre fins

de 1855 e início de 1856, pode-se aventar um número elevado de hipóteses sobre as condições de vida de escravos vivendo em áreas rurais *versus* condições de vida de escravos vivendo em áreas urbanas. Entre essas hipóteses, para algumas das quais Franco (2015) já deu resposta, cita-se o tipo de serviço nos plantéis de cafezal (considerado árduo), bem como o trabalho excessivo, ou a dificuldade de acesso à medicina e a vacinas, ou a falta de internações na Santa Casa da Misericórdia instalada em Victoria (que à época devia ser considerada distante), podem se apresentar como fatores agravantes.

Acreditamos que, como a cólera era transmitida de um paciente para outro por meio de restos de comida, ou secreção das fezes, os escravos que viviam nas fazendas e que pertenciam ao mesmo plantel tinham maiores chances de contrair a doença, muitas vezes sem se aperceberem. Nas fazendas onde estavam os maiores plantéis, a chance de a cólera se reproduzir era [portanto] bem elevada (FRANCO, 2015, p. 181).

OS ESTUDOS DE FRANCO EM FACE DE OUTRAS FONTES CONSULTADAS

Enquanto nas pesquisas de Franco (2013, 2014 e 2015) pode-se constatar, de modo concreto, índices numéricos elevados da mortandade de escravos (vivendo em áreas urbanas e ou rurais) em consequência dos surtos do *cholera morbus* entre 1855 e 1856, nas obras de Daemon (1879), de Oliveira (1951) e de Novaes (c. 1968) não há alusão numérica direta feita a mortandade de escravos no mesmo período, o que não invalida a importância desses três trabalhos considerados fontes para este estudo de constatação sinóptica. Vale lembrar que o texto desses três autores é linear, ou seja, os eventos são mencionados sequencialmente, data após data, na modalidade de um

"calendário"³, sem considerações reflexivas. Na verdade, a obra de Daemon (1879) serviu de inspiração para os trabalhos de Oliveira (1951) e de Novaes (c. 1968). Em Daemon (1879), não está registrada a chegada do cólera em fins do ano de 1855; mas, para 1856 está registrado o seguinte: "Declara-se que em fins deste ano, com intensidade, a epidemia do *cholera-morbus* na Vila de Nova Almeida, fazendo muitíssimas vítimas, sendo nomeada uma comissão para acudir ao flagelo [...]" (DAEMON, 1979, p. 397). Constata-se, pois, mais indícios sobre a mortalidade da mão-de-obra escrava durante os surtos epidêmicos do que o registro de dados factíveis. Na obra de Oliveira (1951) há passagens, tanto no texto quanto em notas de rodapé, sobre os surtos da epidemia. O mesmo ocorre na obra de Novaes (c. 1968), onde os fatos são registrados, a exemplo das duas obras anteriores, linearmente. Vale lembrar que em Daemon (1879) e em Oliveira (1951) há elevado número de dados e de notas de rodapé não explicativas, mas contendo dados referenciais importantes, sobretudo na obra do segundo autor.

Outrossim, da maior importância enquanto fontes primárias são dois Relatórios provinciais, sendo um do Primeiro Vice-Presidente da província – o Barão de Itapemirim –, ano de 1856 (ano base 1855), e outro do Presidente da província – Doutor José Mauricio Fernandes Pereira de Barros –, ano de 1857 (ano base 1856). No primeiro Relatório há farto material indiciário sobre morte de escravos vivendo em áreas urbanas quando da passagem do cholera morbus por várias comarcas e municípios da Província do Espírito Santo. Nas instâncias Saúde Pública e Estabelecimentos de Caridade há considerável quantidade de dados sobre pessoas acometidas pela doença, números de vacinados (incluindo escravos), de pessoas curadas e de mortos. Os dados sobre mortandade de escravos no ano de 1855 podem

³ Utiliza-se esse termo – "calendário" – tendo-se como referencial a obra de Geert A. Banck, quando numa nota de rodapé (a de número 1) do Capítulo I de sua obra sobre o Espírito Santo do período provincial, registra o seguinte: "Não pude consultar estudos recentes, como as de Vilma Paraíso e Gabriel Bittencourt. Os livros existentes (DERENZI, 1965; NOVAES, 1971; OLIVEIRA, 1975) são mais calendários do que análises (BANCK, 2011, p. 63).

ser considerados concretos a partir do momento em que o pesquisador faz o levantamento de informações tendo por base os registros indiciários, como no caso das pesquisas de Franco (2013, 2014 e 2015). Quanto ao conteúdo do segundo Relatório, nele podem ser encontrados registros de indícios e também considerável número de dados concretos sobre doença e morte de escravos no ano de 1856 durante a passagem do *cholera morbus*.

A questão sobre os números reais, hipoteticamente considerados como elevados, de mortandade da população escrava na Província do Espírito Santo do período entre 1855 e 1856 permanece em aberto, assim como em aberto também permanecem os números reais de mortes de escravos de outras províncias, durante a passagem da epidemia. Numa tentativa de justificar esse aparente embaraço, lembre-se a historiografia recente sobre saúde e doença de escravos. Nesse sentido, a obra da brasilianista Karasch (2000), originalmente publicada em língua inglesa, no ano de 1987, e traduzida para o português no ano de 2000, é considerada pioneira no que diz respeito à vida urbana, ao trabalho e às morbidades de escravos da Corte. O livro dessa historiadora vem sendo tratado como referencial por historiadores que deram início a pesquisas sobre saúde e doença de escravos em início do século XXI. As pesquisas em geral elencam fatores tais como trabalho excessivo, má alimentação, más condições de moradia, descaso no trato de doença, entre outros, como causas dos índices elevados de morte escrava, sobretudo durante a passagem de epidemias. Independente das diferenças e das condições de vida de escravos urbanos e de escravos de fazendas – os engenhos ou planteis rurais –, esse fatores se configuraram como sendo quase os mesmos. Em estudos recentes, outra historiadora aponta que no caso específico do Brasil, o sistema demográfico das populações escravas aponta para predomínio de "[...] mortalidade extremamente elevada notadamente na faixa da mortalidade infantil, baixa taxa de nupcialidade com ausência quase total da família estável e legal e uma fecundidade escrava muito baixa" (FALCI, 2006, p. 5) até aproximadamente 1870, quando o suporte do tráfico ilegal de africanos não existia mais. Com base nesse referencial, entende-se que no Espírito Santo provincial

daquele período – 1855 a 1856 – os fatores que teriam contribuído para a ocorrência de índices elevados de mortandade escrava não tenham sido muito diferentes dos das outras províncias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A despeito da precariedade de fontes documentais sobre o "terror" causado pela epidemia do cólera, quando de sua passagem pela Província do Espírito Santo, entre 1855 e 1856, afirma-se que a população escrava, tanto urbana quanto rural, foi a mais vitimada pela "brutalidade" do aludido mal epidêmico, atingindo índices mais elevados do que aqueles das outras camadas populacionais. Os dados concretos e as evidências juntas das fontes aqui elencadas e exploradas sugerem que independente dos fatores que tornaram os escravos mais vulneráveis à doença, a mortandade escrava no início da segunda metade do século XIX foi mais do que o testemunho dos registros encontrados no reduzido número de fontes específicas consultadas. Foi a partir da leitura e análise de conteúdo daquelas "fontes" nas quais constam dados concretos e também das "fontes" nas quais constam evidências ou indícios sobre a convalescença e mortandade de escravos durante a passagem da epidemia do *cholera morbus* na Província do Espírito Santo – entre 1855 e 1856 – que se tomou a decisão de elaborar um texto sinóptico – uma estudo de caráter introdutório –, tendo-se como objetivo geral inicial a produção de um primeiro trabalho versando sobre a temática acima explicitada no âmbito da academia espírito-santense.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

a) Fontes impressas consultadas

DAEMON, Basílio Carvalho. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística*. Victoria: Typographiado do Espírito-Santense, 1879.

FRANCO, Sebastião Pimentel. Cólera e surtos epidêmicos no Oitocentos, na Província do Espírito Santo 1855-1856. In: FRANCO, Sebastião Pimentel; NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; MACIEL, Ethel Leonor Noia (org.). *Uma história brasileira das doenças*. v. 4. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2013. p. 69-89.

FRANCO, Sebastião Pimentel. Pânico e terror: a presença da cólera na Província do Espírito Santo (1855-1856). *Almanack*, Guarulhos, n. 07, p. 117-136, 1º sem. 2014.

FRANCO, Sebastião Pimentel. *O terrívelíssimo mal do Oriente: o cólera na província do Espírito Santo (1855-1856)*. Vitória: EDUFES, 2015.

NOVAES, Maria Stella de. *História do Espírito Santo*. Vitória: Fundo Editorial do Espírito Santo, c. 1968.

OLIVEIRA, José Teixeira de. *História do Estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: [s. n.], 1951.

RELATÓRIO com que o Exm. Snr. Barão de Itapemirim, primeiro vice-presidente da Província do Espírito Santo entregou a administração da mesma ao Exm. Snr. Dr. José Maurício Fernandes Pereira de Barros no dia 8 de março de 1856. Victoria: Typographia Capitaniense de P. A. d'Azeredo, 1856.

RELATÓRIO com que o Exm. Snr. presidente da Província do Espírito Santo, o Doutor José Maurício Fernandes Pereira de Barros passou a administração da Província, ao Exm. Snr. Commendador José Francisco de Andrade e Almeida Monjardin, segundo vice-presidente, no dia 13 de fevereiro de 1857. Victoria: Typ. Capitaniense de P. A. d'Azeredo, 1857.

b) Livros – Obras de apoio

- AGGIO, Alberto; LAHUERTA, Milton (Org.). *Pensar o século XX: problemas políticos e história nacional na América Latina*. São Paulo: UNESP, 2003.
- ALONSO, José Antonio Martínez. *Dicionário de história do mundo contemporâneo*. Vitória: UFES e IGES.
- BANCK, Geert, A. *Dilemas e símbolos: estudos sobre a cultura política do Espírito Santo*. 2ª ed. ampl. Vitória: EDUFES, 2011.
- BELTRÃO, Jane Felipe. *Cólera, o flagelo da Belém do Grão Pará*. 1999. 260f. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas/SP, Campinas-SP, 1999.
- CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (Org.). *Repensando o Brasil do Oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- EDLER, Flavio Coelho. A medicina brasileira no século XIX: um balanço historiográfico. *Revista Asclepio*, Rio de Janeiro, Vol. L-2, p. 169-186, 1998.
- FALCI, Miridan Britto. Doenças dos escravos. In: Usos do Passado - XII ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 2006, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPUH-RJ, 2006. p. 01-06.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 143-179.
- HOBBSAWM, Eric J. *A Era do capital (1848-1875)*. 2ª ed. Tradução de Luciano Costa Neto. São Paulo: Paz e Terra, 2012).
- KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. Tradução de Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- MARCÍLIO, Maria Luíza. *A cidade de São Paulo: povoamento e população, 1750-1850*. São Paulo: EDUSP, 1973.

- MERLO, Patrícia Maria Silva. *O nó e o ninho: estudo sobre a família escrava em Vitória, Espírito Santo, 1800-1871*. 2008. 228f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro/RJ, 2008.
- MOURA, Clóvis. *Dicionário da escravidão negra no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2004.
- SOURNIA, Jean-Charles; RUFFIE, Jacques. *As epidemias na história do homem*. Tradução de Joel Goes. Lisboa: Edições 70, 1986.